

1820

Revolução liberal e eleição das Cortes Gerais



Revolução regeneradora de 24 de Agosto no Porto
Revolta em Lisboa (15 de Setembro)
Fusão dos revoltosos em Alcobça (27 de Setembro)
Juntas vintistas em Lisboa (4 de Outubro)
Martinhada (11 de Novembro)
Contra-golpe (17 de Novembro)
Eleições de 10 e 27 Dez.

Em finais de Janeiro de 1820, em **Espanha**, é restabelecida a constituição de Cádiz de 1812 depois da revolta de Riego e logo em 2 de Fevereiro, Beresford, escreve a D. João VI, dizendo que *o espírito de mudança espanhol não nos pode ser aqui indiferente*. No dia 20 de Fevereiro, o mesmo Beresford salienta que a Espanha não perderá a ocasião para atacar Portugal, entendendo tal processo como uma espécie de *indemnização* face às perdas americanas. Começa até a falar-se em Espanha numa monarquia única entre Portugal e Espanha que seria *la primera del mundo*. Entretanto, logo em Maio, chega a Lisboa o espanhol D. José Maria Pando, tendo como adido o coronel J. Maria Barrero. Segundo Saldanha da Gama, em carta dirigida a Marialva, então em Paris, veio para revolucionar o reino, até porque fazia parte de uma loja maçónica defensora da união ibérica, visando instalar a capital em Lisboa e instituir sete repúblicas federadas, onde Portugal se repartia por duas delas, a Lusitânia Ulterior e a Lusitânia Citerior.

A república dos portugueses, que tinha sido ocupada e protegida por potências estrangeiras, assume-se politicamente como *Reino Unido de Portugal e do Brasil*, instituído em 1816, e com a capital no Rio de Janeiro, enquanto as elites estão repartidas pela emigração, entre Londres e Paris, donde vão emitindo *gazetas* que continuam uma dialéctica facciosa, entre os que advogam o modelo constitucional anglo-saxónico e os que preferem os galicismos políticos, desde a moderação pós-napoleónica ao saudosismo revolucionário. O velho *reino*, com sede em Lisboa, com cerca de três milhões de habitantes, tem cerca de 200 000 pessoas na capital e 60 000 no Porto, sente-se órfão e começa a visualizar-se como simples colónia do Brasil, tendo até de pagar com impostos e soldados as expedições que, do Rio de Janeiro, se fazem contra a Guiana e Montevideu. E as *gazetas* dos emigrados, especialmente as provenientes de Paris, atacando as decisões do Congresso de Viena, denunciando William Carr Beresford (1768-1854) e criticando a dependência face ao Rio de Janeiro, geram um ambiente de exaltação patriótica, onde se confundem os pretéritos absolutistas e os futuros liberais num *nacionalismo regenerador*, onde os antigos colaboracionistas com os franceses zurzem agora nos que apoiam a protecção britânica. É neste ambiente que surge o motim de Gomes Pereira Freire de Andrade (1752-1817) em 1817, ponto de partida para a revolução desencadeada a partir de 24 de Agosto de 1820. Isto é, os *afrancesados* já podem alinhar com os *reaccionários* que os combateram e perseguiram depois da *Restauração* de 1808; e todos se insurgem contra a dependência do reino face ao Brasil. Por ironia do destino, a plataforma do revolucionarismo vintista, discretamente anti-britânica, epidermicamente anti-brasileira, e

vagamente afrancesada, recebe inspiração espanholista, tentando copiar a revolução de Cádiz de 1812. As obras paradigmáticas do vintismo, destaque para o *Portugal Regenerado em 1820*, de Manuel Borges Carneiro, obra que teve três edições em apenas noventa dias.